

Os interesses e a floresta

O esforço do deputado federal Gilney Viana (PT) para impedir a exploração predatória promovida pelas madeireiras estrangeiras na Amazônia está paralisado por uma disputa de interesses políticos que tem tudo para frustrar qualquer iniciativa de proteção da floresta.

Bastou relacionar a devastação da Amazônia com os assentamentos de sem-terra promovidos pelo governo federal na região para que o deputado, relator da comissão externa responsável pela investigação da atuação das madeireiras asiáticas, provocasse a reação exatamente contrária

àquela inicialmente esperada: o Partido dos Trabalhadores se dividiu e o Movimento dos Sem-Terra se voltou contra o PT.

Imediatamente, os ruralistas do Norte e Nordeste, que costumam abrir as portas da Amazônia para os asiáticos extraírem a madeira, viram nessa divisão a chance de manter e até ampliar essa abertura. Como defender a atuação das empresas abertamente não seria uma boa estratégia, hastearam a bandeira da reforma agrária para esconder, detrás dela, seus verdadeiros objetivos. Firmaram, assim, uma inusitada parceria: ao lado dos sem-terra vão lutar pelos assentamentos na floresta.

O relatório de Gilney Viana mostra uma relação evidente entre a atividade madeireira e os assentamentos. Sem recursos ou apoio técnico para cultivar a terra ou criar gado nas propriedades recebidas, os assentados vêm no arrendamento de suas terras para os madeireiros a maneira mais fácil de ganhar dinheiro.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais demonstram que 60% da área devastada na Amazônia é formada por propriedades de menos de 50 hectares. O relatório da

comissão da Câmara, por sua vez, mostra que 77% dos assentamentos promovidos pelo governo federal se concentram na floresta. É um dado incompreensível quando analisada a extensão do território nacional e a concentração populacional. Qual o motivo de concentrar a reforma agrária justamente numa área que deveria ser preservada?

A falta de planejamento do governo pode vir a servir a inúmeros interesses,

muitas vezes antagônicos, como é possível perceber nesse episódio da comissão externa da Câmara. Quando o assunto é Amazônia, tudo se trans-

forma em disputa política, em que interesses os mais variados são defendidos à custa da degradação ambiental.

O MST, a parte do PT que se voltou contra Gilney Viana, a Contag, a Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário estão dispostos a derrubar o relatório da comissão ou, pelo menos, forçar o relator a suprimir o capítulo que trata da reforma agrária. Os ruralistas acham que o grupo tem toda a razão e o incentivam a ir além: o ideal, para eles, seria suprimir todo o relatório, o que garantiria a instalação sem restrições das madeireiras.

“Causou-nos consternação e surpresa que esse diagnóstico tenha partido de um companheiro de longa trajetória de lutas em favor dos deserdados do País”, escreveu a esquerda numa carta enviada a Viana. O relator respondeu, dizendo-se contrário à reforma agrária feita à custa da degradação ambiental.

Apesar disso, já admitiu rever o próprio relatório. O trabalho da comissão se estendeu por cerca de um ano e resultou num amplo desvendamento de uma situação grave demais para ser ignorada por efeito de pressões políticas.

O MST e parte do PT aliam-se aos que não querem que se denuncie a devastação da Amazônia